

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

GEOGRAFIA POLÍTICA: IDENTIFICANDO DIFERENÇAS E REVISITANDO CONCEITOS

Ana Elisa Sparano Fontoura

Boletim Gaúcho de Geografia, 27: 71-77, dez., 2001.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38428/24698>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - dez., 2001.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

GEOGRAFIA POLÍTICA: IDENTIFICANDO DIFERENÇAS E REVISITANDO CONCEITOS

*Ana Elisa Sparano Fontoura**

Introdução

Ao cursar a disciplina denominada Geografia Política, dentre os trabalhos a serem desenvolvidos estava o de um texto que apontasse a(s) diferença(s) entre a Geografia Política e a Geopolítica. A temática envolveu-me de tal maneira que cheguei a esboçar um plano de estudo a ser desenvolvido a partir do arcabouço conceitual que havia sido detalhado ao longo daquele curso.

Algum tempo se passou, e outras prioridades tomaram o lugar daquele plano de estudo. Atualmente me reaproximei do material que foi produzido naquele período e planejo retomar o estudo de conceitos relacionados à Geografia Política a fim de compreender os meandros da construção da consciência territorial.

Este artigo resgata parte do que foi produzido no período em que a disciplina foi cursada, acrescido de considerações recentes. É a tentativa de organizar um referencial interpretativo a partir das idéias de autores que lançaram as bases da Geografia Política e também daqueles que mais recentemente partiram para a análise dos conceitos de território e territorialidade.

Identificando diferenças

A geografia política nasceu na Alemanha, país que teve um desenvolvimento capitalista tardio e um processo de unificação que partiu de áreas de crescente industrialização, atendendo, basicamente, aos interesses de uma burguesia desejosa de formar um amplo mercado nacional para seus produtos.

* Geógrafa, Licenciada em Geografia, professora de Geografia na Rede Municipal de Porto Alegre.

BOLETIM GAÚCHO DE GEOGRAFIA	PORTO ALEGRE	Nº 27	P. 71-77	DEZ. 2001
--------------------------------	--------------	-------	----------	-----------

Na Alemanha, a unificação econômica através da União Aduaneira, antecedeu à unificação política realizada sob a direção da Prússia em três guerras sucessivas que afastaram a Dinamarca, a Áustria e a França de seu caminho.

A influência da filosofia alemã e a situação socioeconômica do país nos ajudam a compreender a obra de Friedrich Ratzel, autor considerado pioneiro na formulação de conceitos e teorias fundamentais em geografia política e que, de acordo com Armando C. da Silva:

"Da filosofia a formulação de Ratzel, ganha a profundidade das observações feitas; do atraso social recebe o impacto da formulação da noção de espaço vital e de sentimento dos povos, necessários à Alemanha no confronto com as outras potências européias, que já haviam constituído um império colonial e que defrontar-se-ão com aquela na primeira guerra mundial" (1984, p.104)

O discurso de Ratzel¹ também estará influenciado por sua formação acadêmica, zoólogo, comungando das idéias evolucionistas de Darwin, bem como pela sua participação política em atividades como a Liga Pangermanista.

Neste contexto, Ratzel formula sua principal obra no campo geográfico-político, *Geografia Política*, de 1897, em que não apenas sobrepõe condicionantes naturais aos processos sociais e políticos, mas defende a idéia de um Estado forte, centralizador e "posto por cima" da sociedade. Considera que a unidade do Estado depende da unidade territorial e que esta depende das ligações espirituais entre os habitantes, o solo e o Estado.

Ratzel tende a pensar o desenvolvimento político das nações pela via da ampliação dos espaços dominantes, apesar de insistir na tese de que o importante nas políticas territoriais é a manutenção da "coesão interna".

Este autor nos fornece as categorias para a leitura geográfica do Estado, empresta a ele um significado espacial, dando-lhe também tal peso que alguns autores, como Raffestin, acreditam que o melhor seria substituir a denominação geografia política por geografia do Estado.

A obra de Ratzel embasa a geografia política e é referência inicial das escolas geográficas, seja a francesa, a inglesa, a italiana ou a americana. Todas seguem a escola alemã, pois fizeram geografia política ratificando a equação "Estado é igual a poder".

A geografia política, transformada em uma geografia unidimensional, que só permite um nível de análise espacial, delimitado pelas fronteiras, será o ponto de partida tanto no que se refere ao aprofundamento de tal proposição quanto à crítica e elaboração de novas proposições.

Após as formulações de Ratzel, vão se delineando diferentes abordagens: uma delas é a que articula a geopolítica, um reducionismo técnico, pois faz uso de

¹ Para obter mais detalhes recomenda-se a leitura do capítulo II "A geografia política clássica" in *Geografia Política e Geopolítica*. Consultar bibliografia no final deste artigo.

parte dos postulados gerais da geografia política, e pragmático porque está voltada à geografia aplicada às ações do Estado.

O sueco germanófilo Rudolf Kjellén, professor de Ciência Política na Universidade de Upsala, foi o primeiro a utilizar o termo geopolítica (1905). É na Alemanha do Reich nazista que o discurso geopolítico ganhou corpo, porém não foi só lá e naquela época que práticas geopolíticas foram adotadas.

Para Becker a herança ideológica da geopolítica está assentada em dois pressupostos básicos:

"1) o excepcionalismo nacional, (...); e 2) o determinismo geográfico. O poder do Estado é atribuído ao contexto do território, condição do desenvolvimento autárquico que garanta o exercício do poder, entendido este como a capacidade de tomar decisões e mantê-las frente ao interesse de outros Estados"(2000, p.273 e 274).

Comumente se associa o discurso geopolítico aos governos totalitários e autoritários, fato que escamoteia a prática geopolítica nos governos ditos democráticos que também dela são usuários.

A geopolítica, de acordo com a definição de Vesentini, é:

"O discurso do Estado capitalista sobre o espaço geográfico; é o conhecimento (sempre voltado para a ação) que visa a assegurar e fortalecer a soberania de um Estado nacional tanto em relação aos demais estados como sobre o seu território, no seio da sociedade onde ele encontra sua razão de existir" (1986, p.57).

O caminho das relações internacionais embasado pelo discurso geopolítico sustentou a emergência das potências mundiais e das acirradas disputas imperialistas. A geografia política ficou nos bastidores, só sendo retomada com a contribuição dada pela escola francesa através de Camille Vallaux, que abre espaço ao debate e dá chance para que se construam alternativas ao estudo da geografia política, introduzindo o ponto de vista do possibilismo.

Camille Vallaux² é o autor de *Geografia Social. O solo e o Estado*(1911), obra em que avalia o método, os conceitos e as idéias lançados por Ratzel e, nesse "confronto", estrutura uma vertente teórica e analítica, considerada avançada para a época. O próprio título de sua obra é uma referência a Ratzel, já que o mesmo partiu da idéia de que existe uma estreita relação entre solo (meio natural) e Estado, idéia que é relativizada.

Para Vallaux, o meio natural é um elemento constante a combinar-se permanentemente com os elementos variáveis da vida das sociedades e, mesmo que tivéssemos meios naturais semelhantes, nenhum Estado se repetiria.

Em relação ao método, defende a separação entre a análise dos fenômenos naturais e sociais. Sugere dois procedimentos para que a geografia política encontre seu próprio método: a analogia, buscando o estabelecimento de generalizações, e a determinação do tipo de Estado.

² Idem nota de rodapé anterior.

Vallaux acredita que é o tempo e não o espaço que forma o quadro geral da evolução dos Estados. Para ele a noção do tempo e da distância, e não a do espaço é que Ratzel deveria ter posto claro.

Este apanhado geral das idéias de Vallaux, embora sintético, demonstra que sua obra é um referencial importante nos estudos geográfico-políticos contemporâneos.

Raffestin manifesta preocupação com os rumos da, por ele considerada, geografia do Estado, já que os estudos de geografia política só fizeram enfocar e analisar, preponderantemente, uma forma de organização: o Estado.

Com o objetivo de tornar a geografia política um instrumento que auxilie na "leitura" das demais relações de poder sugere:

"A geografia política, concebida como a geografia das relações de poder, poderia ser fundada sobre os princípios de simetria e de dissimetria nas relações entre organizações. Só em seguida seria possível construir uma morfologia política" (RAFFESTIN, 1993, p.29).

A geografia política só assim poderá ser denominada quando elaborar e praticar um discurso que aborde a questão dos jogos de poder no conjunto da sociedade.

Revisitando conceitos

Assim como Raffestin aponta para a necessidade de aprofundamento da reflexão de outras relações de poder, estudos e análises retomam o conceito de território. Tais estudos, apresentam definições que relativizam e superam aquela forte tendência de análise baseada no poder estatal de articulação do espaço que por muito tempo se convencionou chamar de território e abrem um campo de ação aos geógrafos políticos.

As duas vertentes que lançam esse novo "olhar" sobre o território, cuja sustentação filosófica se encontra na Fenomenologia são: a Geografia das Representações e a Geografia Humanista. A primeira trabalha com a noção de mundo vivido, visando a construir outra noção, a de espaço vivido e também de espaço percebido. Considera que a representação do espaço pode sobrepor-se à percepção do ambiente real, quer dizer, a espaços não percebidos atualmente ou a espaços imaginários.

A ênfase bem maior à percepção de representações gráficas, privilegiando uma certa geometrização do território em detrimento de uma representação imaginária que atribuisse maior importância às significações das relações sociais no território, incluindo aí as formas como se dão o poder e a participação nos espaços vividos geraram, segundo Mesquita(1993), críticas à Geografia das Representações.

O "casamento" equilibrado desses aspectos pode ser observado em Raffestin

(1993) quando analisa a representação/geometrização do espaço preconizada por relações de poder.

O primeiro aspecto por ele estudado refere-se à diferenciação entre espaço e território.

"O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator "territorializa" o espaço." (RAFFESTIN, 1993, p.143)

A partir desta diferenciação entram em cena: a produção e a representação, ambos mediados por relações sociais balizadas pelo poder.

Considerando que qualquer projeto no espaço, expresso por uma representação, revela a imagem desejada de um território, de um local de relações e que todo projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática que supõem a posse de códigos e de sistemas sêmicos, pode-se concluir que o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem dele, ou seja, do território visto e/ou vivido.

As imagens (já que existem vários atores), representadas através de tessituras, nós e redes, formam o sistema territorial que será "manipulado" conforme o poder "atribuído" aos atores, que são todos os membros da sociedade.

"Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem "territórios(...)Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos em códigos em função de certos objetivos"(op.cit., p.152 e153) e ainda: "O sistema é tanto um meio como um fim. Como meio denota um território, uma organização territorial, mas como fim conota uma ideologia da organização" (op.cit., p.158).

A territorialidade é definida como um conjunto de relações entre sociedade-espaço-tempo, caracterizada por ganhos e custos equivalentes ou não, pois dependem do processo de satisfação de necessidades dos atores sociais. Analisá-la só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal.

A outra vertente, a Geografia Humanista, tem por objetivos, segundo Pocock (1984) descrever e compreender, insistindo sobre a empatia com os homens. A questão fundamental é : o que é o homem? Para responder a esta pergunta o método utilizado lança mão da reflexão, da observação e da experiência. O conceito de mundo vivido da Fenomenologia é o que melhor capta a base do espaço temporal e cultural da experiência cotidiana.

"Como esta vida cotidiana não é a não ser raramente questionada, só uma tomada de consciência dos processos permite daí retirar as estruturas e as significações. Por esta tomada de consciência se rompe a unidade entre o vivido e a objetivação do mundo"(POCOCK *apud* MESQUITA, 1993, p.04).

Mesquita(1993) desenvolve o seu trabalho nessa linha. Retoma aspectos históricos, da origem e acepções do termo território a fim de definir territorialidade,

analisando inclusive a relação feita, ainda hoje, em vários discursos, entre território-jurisdição-soberania e elabora a seguinte definição:

"o território é o que está próximo de nós. É o que nos liga ao mundo. Tem a ver com a proximidade tal como existe no espaço concreto, mas não se fixa a ordens de grandeza para estabelecer a sua dimensão o seu perímetro. É o espaço que tem significação individual e social. (...) ele se estende até onde vai a territorialidade" (1993, p.08).

E a territorialidade? Ela está presente no dia-a-dia, mas paira-lhe um manto de "indefinição" relacionado a reflexão que muitas vezes não realizamos sobre como somos e estamos em determinado momento do tempo ou em determinado território do espaço e que nos dificulta dela tomar consciência, embora ela se manifeste, por exemplo, através da territorialidade familiar e da territorialidade cultural.

A territorialidade seria então:

"Uma percepção o mais nítida possível, através de uma reflexão sobre suas vivências individuais e coletivas, de si e do seu coletivo inseridos e participantes num projeto comum, mesmo que mutável, mas duradouro quanto à socialidade aos outros e à natureza. Esta seria a consciência territorial soldada à autonomia, ao sentido e à realização da liberdade" (MESQUITA, 1993, p.14).

Kevin Cox (1991) ao analisar o surgimento de uma tendência em Geografia Humana interessada em teoria social, fundamentada nos princípios marxistas e nas correntes mais humanísticas do pensamento social, chama a atenção para dois aspectos desta interpretação do termo "território": o primeiro diz respeito ao poder nas relações sociais e o segundo à concepção de território a partir da discussão do tema limite bem como o significado de espaços delimitados e do que está sendo limitado.

"(...) o conceito de "território"(...) parece conclusivamente apontar na direção de áreas limitadas ou arenas nas quais o conflito ocorre. Nesse conflito, ramos do Estado podem ou não desempenhar um papel" (COX, 1991, p.02).

Considerações Finais

Comparando os estudos realizados por Raffestin, Mesquita e Cox em relação ao território e territorialidade, percebemos a complementaridade entre suas idéias e a possibilidade de reflexões que contribuem para a construção de um "olhar" alternativo acerca de conceitos fundamentais em Geografia Política.

O sistema territorial parece estruturar as arenas nas quais os conflitos ocorrem, onde se criam dissimetrias, tanto mais profundas quanto menor for a nossa consciência territorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, Bertha K. "A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável" in CASTRO et alli. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- COX, Kevin. Redefinindo Território in: *Political Geography Quaterly*. V.10, n.º1, jan 91.
- EUFRÁSIO, Mario "Geografia Política". *Revista Orientação* n.º 9 Instituto de Geografia de São Paulo, 1992.
- MESQUITA, Zilé. "As bases para os estudos sobre Território e Identidade". Porto Alegre, 1993 (não publicado).
- _____. "Um olhar sobre o Território, a Identidade e a Territorialidade". Porto Alegre, 1993 (não publicado).
- MORAES, Antônio Carlos R. "O que é território?". *Revista Orientação* n.º 5 Instituto de Geografia de São Paulo, 1984.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SILVA, Armando Corrêa da. A concepção clássica da Geografia Política" In *Revista do Departamento de Geografia da USP*, n.º 3, 1984.
- VESENTINI, José W. *A capital da geopolítica*. São Paulo: Ática, 1986.